UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	Nota	2018	2017
Ativo	_		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	6.504	11.940
Dividendos e juros sobre capital próprio	(7.3)	1.310	
Total do circulante	=	7.814	11.940
Não circulante			
Tributos a recuperar	(5)	3.487	3.514
Depósitos judiciais		12	12
Investimentos em controlada em conjunto	(6)	56.258	49.605
Intangível	(7)	19.601	19.601
Total do não circulante	_	79.358	72.732
TOTAL DO ATIVO	=	87.172	84.672
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher	(8)	145	53
Dividendos e juros sobre capital próprio	(9.5)	4.882	5.480
Contas a pagar		13	13
Total do circulante	-	5.040	5.546
Não circulante			
Outros passivos circulantes	_	12	12
Total do não circulante	_	12	12
TOTAL DO PASSIVO	-	5.052	5.558
Patrimônio líquido	(9)		
Capital social		49.646	49.646
Reservas de lucros		32.683	24.501
Dividendo adicional proposto		-	5.171
Outros resultados abrangentes	_	(209)	(204)
Total do patrimônio líquido	_	82.120	79.114
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	=	87.172	84.672

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	(6)	14.062	10.953
Despesas administrativas	(11)	(501)	(593)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>-</u>	13.561	10.360
Receita financeira		261	873
Despesa financeira		-	(22)
Resultado financeiro líquido	(12)	261	851
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	13.822	11.211
Lucro líquido básico por ação (em R\$)		0,26359	0,213799

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

- -	2018	2017
Lucro líquido do exercício	13.822	11.211
Outros resultados abrangentes reflexos:		
Ganho (perda) atuarial de plano de benefícios aos funcionários	238	(648)
Tributos diferidos sobre resultado de plano de benefícios aos funcionários	(81)	221
- -	157	(427)
Ganho (perda) em hedge de fluxo de caixa	(245)	-
Tributos diferidos sobre resultado de hedge de fluxo de caixa	83	-
- -	(162)	<u> </u>
RESULTADO ABRANGENTE REFLEXO DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	13.817	10.784

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

		Reservas d	e Lucros				
	Capital Social	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	49.646	15.979	7.948	6.570	223		80.366
Aprovação da proposta de dividendos adicionais				(6.570)			(6.570)
Ganhos e perdas atuariais líquidos reflexos					(427)		(427)
Constituição de reserva - efeito dividendos prescritos na investida		14					14
Lucro líquido do exercício						11.211	11.211
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			560			(560)	-
Juros sobre capital próprio deliberados						(5.480)	(5.480)
Dividendos propostos				5.171		(5.171)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.646	15.993	8.508	5.171	(204)		79.114
Aprovação da proposta de dividendos adicionais				(5.171)			(5.171)
Ganhos e perdas atuariais líquidos reflexos					157		157
Efeito de hedge de fluxo de caixa reflexo					(162)		(162)
Efeito reflexo da adoção IFRS 09 na investida						(758)	(758)
Lucro líquido do exercício						13.822	13.822
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			691			(691)	-
Reserva de lucros a realizar		7.491				(7.491)	-
Juros sobre capital próprio deliberados						(4.882)	(4.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	49.646	23.484	9.199	-	(209)		82.120

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

- -	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.822	11.211
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:		
Juros e variações monetárias	(155)	(198)
Resultado da equivalência patrimonial	(14.062)	(10.953)
- -	(395)	60
Aumento (redução) de Ativos e Passivos		
Tributos a recuperar	411	(217)
Tributos pagos	332	365
Contas a Pagar	-	3
- -	743	151
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	348	211
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	3.521	6.893
JCP recebidos	1.346	3.445
Caixa líquido decorrente das atividades de investimento	4.867	10.338
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(5.171)	(6.767)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.480)	(4.100)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento	(10.651)	(10.867)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(5.436)	(318)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.940	12.258
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.504	11.940

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

	2018	2017	
Receitas	-	-	
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros e outros	(501)	(593)	
Valor adicionado líquido	(501)	(593)	
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado financeiro	261	851	
Equivalência patrimonial	14.062	10.953	
	14.323	11.804	
Valor adicionado total a distribuir	13.822	11.211	
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	4.882	5.480	
Dividendos adicionais	-	5.171	
Lucros retidos	8.940	560	
	13.822	11.211	

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("COSERN"), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

			Data da	Data de
Distribuição	Municípios	Localidades	concessão	vencimento
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas

do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

A apresentação das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"), e, também, a moeda de apresentação.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

3. Sumário das políticas contábeis

As principais políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e nas demonstrações contábeis comparativas.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

Mensurados ao custo amortizado: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em nenhum mercado ativo.

A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos, de acordo com os preceitos do CPC 48/ IFRS 9, que substituiu as classificações anteriormente determinadas pelo CPC 38/ IAS 39.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são depósitos bancários e aplicações financeiras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "pro-rata temporis" até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

3.4 Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

3.6 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.7 Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza testes anualmente de modo a assegurar que seu investimento esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seu valor de recuperação, incluindo a parcela de ágio não amortizado de R\$ 19.601.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

3.8 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

3.10 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

3.11 Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

3.12 Novas normas e interpretações

IFRS 9 Financial instruments / CPC 48 Instrumentos financeiros - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma

substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção foi requerida a partir de 1° de janeiro de 2018 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 Receita de contrato com cliente - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção foi requerida a partir de 1° de janeiro de 2018 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1° de janeiro de 2019 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017	
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:			
Fundos de investimento	6.504	11.940	
	6.504	11.940	

Correspondem a recursos aplicados em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou a taxa Selic. A rentabilidade acumulada em 2018 foi 5,99% (9,90% acumulada em 2017).

5. Imposto de renda e contribuição social

5.1 Tributos a recuperar

	2018	2017
Não circulante		
Imposto de renda	3.268	3.326
Contribuição social	219	188
	3.487	3.514

Refere-se ao imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras e às antecipações de imposto de renda e contribuição social.

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

5.2 Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	20	2018		17	
	IR	CSLL	IR	CSLL	
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%	
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	13.822	13.822	11.211	11.211	
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Juros sobre capital próprio	3.126	3.126	3.222	3.222	
Subtotal adições	3.126	3.126	3.222	3.222	
(-) Exclusões					
Equivalência Patrimonial	(14.062)	(14.062)	(10.953)	(10.953)	
Juros sobre capital próprio	(4.882)	(4.882)	(5.480)	(5.480)	
Subtotal exclusões	(18.944)	(18.944)	(16.433)	(16.433)	
Prejuízo fiscal	(1.996)	(1.996)	(2.000)	(2.000)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado					

6. Investimento

6.1 Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	49.605	49.181
Equivalência patrimonial	14.062	10.953
Ganhos e perdas líquidos sobre ativos atuariais reflexos	157	(427)
Efeito de hedge de fluxo de caixa reflexo	(162)	-
Efeito reflexo da adoção IFRS 09 na investida	(758)	-
Juros sobre o capital próprio	(3.126)	(3.223)
Dividendos	(3.520)	(6.893)
Dividendos prescritos na COSERN	<u>-</u>	14
Saldo no final do exercício	56.258	49.605

6.2 Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	2018	2017
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	542.339	542.339
Lucro líquido do exercício	241.682	188.278
Patrimônio líquido do exercício	966.768	852.438
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação da Uptick no capital da COSERN		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores.

A Uptick é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

6.3 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

Deliberações 2018	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$)	Valor Total (R\$ mil):	
27/03/2018	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,3521119177 ON	3.521	
27/03/2018	Assembleia Gerai Ordinaria	adicionais	0,3873231095 PNA/B	3.521	
28/06/2018	Reunião do Conselho de	JCP(*)	0,1583823246 ON	1.584	
28/06/2018	Administração	JCP()	0,1742205570 PNA/B	1.364	
19/12/2018	Reunião do Conselho de	ICD(*)	0,1541532890 ON	1.541	
19/12/2018	Administração	JCP(*)	0,1695686179 PNA/B	1.541	
	·			6.646	

(*) Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.657.

Deliberações 2017	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação (em R\$)	Valor bruto	
14/02/2017	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,3717426214 ON	2 710	
14/03/2017	Assembleia Geral Ordinaria	adicionais	0,4089168835 PNA/B	3.718	
14/02/2017	Accomplaia Coral Ordinária	Dividendos	0,0017236525 ON	17	
14/03/2017	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0018960178 PNA/B	17	
30/06/2017	Reunião do Conselho de	ICD(*)	0,1663688116 ON	1.664	
30/06/2017	Administração	JCP(*)	0,1830056928 PNA/B	1.004	
15/00/2017	Reunião do Conselho de	Dividendos	0,3157806819 ON	2.150	
15/09/2017	Administração	Dividendos	0,3473587501 PNA/B	3.159	
15/00/2017	Reunião do Conselho de	ICD(*)	0,1029574443 ON	1.020	
15/09/2017	Administração	JCP(*)	0,1132531887 PNA/B	1.030	
04/12/2017	Reunião do Conselho de		0,0527342626 ON	528	
04/12/2017	Administração	JCP(*)	0,0580076889 PNA/B	526	
				10.116	

^(*) Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.738.

7. Intangível

	2018	
Ágio no investimento	19.601	19.601

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, incluindo o valor do ágio, a Companhia contratou um laudo de avaliação econômico-financeira da participação da Uptick na Cosern, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado e múltiplos.

O modelo de avaliação econômico-financeira baseado na metodologia de fluxo de caixa descontado determina o valor econômico da COSERN, calculando o valor presente dos fluxos de caixa projetados, ou seja, as receitas e despesas (incluindo os investimentos necessários para manter e expandir as atividades da empresa). Foram analisados indicadores internos e externos do segmento de distribuição de energia elétrica, a partir de premissas disponíveis no mercado.

A partir dos resultados apresentados no referido laudo concluímos, portanto, que o valor da Companhia investida em 2018 e 2017, supera o montante do saldo contábil do investimento incluindo a parcela do ágio não amortizado, dessa forma não sendo requerido nenhum ajuste de *impairment*.

8. Tributos a recolher

	2018	2017
Tributos sobre serviços de terceiros	1	1
PIS a recolher	26	9
COFINS a recolher	119	43
	145	53

9. Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia, no valor de R\$ 49.646, está representado por 52.437.003 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Qtde de ações
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

9.2 Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram constituídos os montantes de R\$ 691 e R\$ 560, respectivamente.

b) Reserva de lucros a realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta nessa reserva um saldo de R\$ 23.484 e R\$ 15.993, respectivamente.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

Movimentação das reservas de lucros	R\$ mil
Saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2016	23.927
Constituição de reserva legal em 31/12/2017	560
Constituição de reserva de lucros a realizar - efeito dividendos prescritos na investida	14
Saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017	24.501
Constituição de reserva legal em 31/12/2018	691
Constituição de reserva de lucros a realizar em 31/12/2018	7.491
Saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018	32.683

9.3 Outros resultados abrangentes reflexos

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexos, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda e efeito de hedge de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

9.4 Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

9.5 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

A composição dos montantes de dividendos e JCP deliberados em 2018 e 2017 está composta como segue:

				2018
Data	Ato societário	Tipo de	Valor por ação	Valor
Data	Ato societario	Provento	ON (em R\$)	Total
23/04/2018	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,09861138660	5.171
27/06/2018	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,03777866557	1.981
26/12/2018	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,05531704395	2.901
			_	10.053

				2017
Data	Ato societário	Tipo de	Valor por ação	Valor
Data	Ato societario	Provento	ON (em R\$)	Total
26/04/2017	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,1252885708	6.570
02/10/2017	Assembleia Geral Extraordinária (*)	Dividendos	0,0033362309	175
28/12/2017	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1045063540	5.480
			_	12.225

A movimentação do saldo da conta de dividendos e JCP a pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.100
Dividendos e JCP declarados	12.225
Atualização monetária de dividendos	22
Dividendos e JCP pagos	(10.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.480
Dividendos e JCP declarados	10.053
Dividendos e JCP pagos	(10.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.882

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	13.822	11.211
(-) Reserva legal - 5%	(691)	(560)
Equivalência patrimonial sobre resultados abrangentes da investida	(758)	-
Base de cálculo dos dividendos	12.373	10.651
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.093	2.663
JCP deliberados em RCA	(4.882)	(5.480)
Dividendos adicionais propostos	-	(5.171)
Total de proventos deliberados no exercício	(4.882)	(10.651)
Percentual de proventos distribuído no exercício	39,46%	100,00%

10. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

10.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, proventos a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e proventos a pagar à controladora e

fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		20	018	20	17
Natureza	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	6.504	6.504	11.940	11.940
Proventos a receber com controlada em conjunto	Mensurados ao custo amortizado	1.310	1.310	-	-
Depósitos judiciais	Mensurados ao custo amortizado	12	12	12	12
Proventos a pagar à controladora	Mensurados ao custo amortizado	4.882	4.882	5.480	5.480
Contas a pagar serviços prestados	Mensurados ao custo amortizado	13	13	13	13

10.2 Risco de crédito

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

10.3 Risco de fraude

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

10.4 Risco de taxa de juros

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

11. Despesas operacionais

	2018	2017
Serviços de terceiros	(431)	(389)
Publicações	(46)	(179)
Outras	(24)	(25)
	(501)	(593)

12. Resultado financeiro

	2018	2017
	100	CF2
Renda de aplicações financeiras	106	653
Juros Selic s/ créditos tributários	155	220
Variação monetária de dividendos a pagar	-	(22)
	261	851

13. Transações com partes relacionadas e remuneração dos administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú Unibanco — Previdência Complementar, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS — Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo Francisco Camurça Júnior – Diretor Financeiro Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0